



Aprovado reajuste e abono aos servidores do Executivo

(foto Carlos Kilian)

Com 29 votos a favor e sete contra, a Assembléia aprovou na tarde do dia 24 o projeto de lei que concede 1% de reajuste aos servidores do Executivo. Também foi aprovada a proposta original do governo dando R\$ 100 de abono aos funcionários públicos que recebem até R\$ 6 mil, sendo que os professores em sala de aula receberão mais um abono de R\$ 50.

Como ocorreu na semana passada, professores da rede estadual e demais servidores lotaram não apenas a galeria, como o hall de entrada da Assembléia Legislativa, onde foi instalado um telão para que acompanhassem as discussões e votações. A emenda substitutiva global, da oposição, que autorizava o governo a repassar 19,36% de reajuste, até abril de 2004, referente às perdas salariais de maio de 2002 a maio de 2003, recebeu 22 votos contra, 14 a favor e foi rejeitada, assim como a subemenda modificativa, que previa a incorporação do abono de R\$ 100 aos salários a partir de 1º de janeiro de 2004. (DAB/TK)

Página 7



Centenas de professores e servidores acompanharam as votações pelo telão instalado no hall da AL

Petrobras retorna para Itajaí

(foto divulgação Petrobras)

Felipe Antônio Damo

A Petrobras reabrirá seus escritórios em Itajaí na segunda-feira, 29. O diretor de Exploração e Produção da empresa, Guilherme Estrella, fará a instalação oficial do Ativo Sul de Produção, em um ato que já está sendo comemorado por funcionários, empresários locais e pelo presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), que durante um ano presidiu uma comissão criada para defender o retorno da estatal a Itajaí.

A reabertura dos escritórios acontece um ano após o governo anterior decidir pela extinção da Unidade de Negócios de Exploração e Produção do Sul (UN-SUL), então sediada na cidade.

A UN-SUL foi extinta no dia 31 de dezembro. De acordo com a Associação Comercial e Industrial de Itajaí (ACII), o fechamento da Unidade rompeu diversos contratos com empresas prestadoras de serviço, acabando com mais de 300 postos de trabalho direto. A extinção ainda implicou na redução em impostos/royalties e na perda do patrocínio anual de R\$ 1,5 milhões,



Ideli, José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras, Pinho Moreira e Morastoni

aplicados nas áreas cultural, social e ambiental. Além disso a empresa vendeu os ativos da unidade, incluindo neste bloco campos de óleo de alta qualidade, como o recém descoberto Campo de Cavalo Marinho (Santa Catarina Submarino 10).

A medida causou indignação e descontentamento nos empresários itajaienses, que deram início a um movimento chamado *Diga Sim a Petrobrás em Itajaí*, capitaneado pela ACII. Paralelamente, na Assembléia Legislativa, Morastoni iniciava os trabalhos como presidente de uma Comissão Parlamentar Externa para debater o assun-

to. Após diversas visitas à sede da empresa no Rio e audiências com a antiga e atual presidências da Petrobras, o parlamentar, a presidente da ACII, Isabel Sandri, e a senadora Ideli Salvatti (PT) receberam da direção da empresa a confirmação do retorno à cidade. O processo de reabertura começaria com a transferência do Ativo Sul da Pe-

trobras, que hoje concentra os profissionais que trabalhavam na UN-SUL, atualmente ligados à UN-RIO.

“Com a instalação deste Ativo em Itajaí, retomamos o desenvolvimento regional de Santa Catarina na área de produção, e num futuro próximo, da exploração de petróleo, gerando empregos, recursos e renda”, afirma Morastoni. “Esta era uma das promessas de campanha do presidente Lula, cumprida justamente na semana em que a Petrobras comemora seus 50 anos, reafirmando o caráter deste governo, que defende o Brasil e suas riquezas”, completou.

Transgênicos

A Comissão de Agricultura realiza na segunda-feira (29), às 9h, no plenário, a Conferência Interestadual sobre Segurança Alimentar, quando representantes do Paraná e Santa Catarina debatem o plantio e a comercialização de alimentos geneticamente modificados. Os dois estados têm legislação proibindo o plantio e a venda de transgênicos. Na quinta-feira (24) o governo federal editou medida provisória liberando o plantio de soja transgênica.

Em entrevista ao AL Notícias, Mário Vido, doutor em genética vegetal e pesquisador da Embrapa, fala sobre o tema.

Página 6

Não ao projeto de desarmamento *

A questão polêmica do desarmamento, projeto que está tramitando na Capital Federal, é, ao meu ver, desnecessária, visto que a lei para quem não tem porte de arma ou o porte ilegal de arma já existe. O que o governo precisa fazer é aplicar a lei e não é o cidadão comum, que tendo uma arma documentada, que vai cometer o crime que acontece todos os dias, mas sim os marginais. Esses criminosos não adquirem armas em uma loja no comércio nacional, pois a documentação necessária não os habilitaria e, mesmo assim, as armas que são comercializadas no país nem são do interesse deles. O desarmamento deve acontecer em cima da marginalidade, pois é ela que comete crime.

Sou da opinião de que ficaria bem mais fácil para o marginal assaltar, sabendo que o cidadão comum não terá uma arma para defender seu patrimônio ou sua família. Se o cidadão ficar desarmado o governo vai garantir ao povo um policial em frente a cada residência e ele indenizará todos os latrocínios?

Analisando o caso por outra face, vemos que milhares de pessoas perdem a vida no trânsito, mas o governo não proíbe os auto-

móveis mas sim exige muito mais das auto-escolas em cursos de aprimoramento e ensino aos futuros motoristas, e isso tem se mostrado ser legal e inteligente. Se houver realmente a lei do desarmamento, sabemos que a maioria das armas que não estão regularizadas serão confiscadas, mas àquelas que estão na clandestinidade e àquelas que estão na mão dos mafiosos jamais serão recuperadas pois são instrumentos de trabalho dos marginais. E quando uma pessoa ou mais estiverem fora de si e quiserem praticar algum mal contra a sociedade, eles podem agir como agiu Bin Laden no ato terrorista de 11 de setembro de 2001. Ele não usou armas.

Seria interessante as emissoras de TV ou rádio sabatinar também as pessoas que são contra o desarmamento como presidentes de Federações, Confederação, Clube de Tiros, atletas de tiros e colecionadores para que essas pessoas possam manifestar sua opinião. No meu entendimento, somente as pessoas que são a favor da proposta da lei é que estão sendo entrevistadas. Desta forma, indiretamente, estamos induzindo qualquer pessoa menos esclarecida a optar pela sua aprovação.

* **Deputado Clésio Salvaro (PSDB)**

Obesidade mórbida - luta pela vida *

Com um projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa no ano de 2001, o credenciamento do SUS para as cirurgias de redução do estômago para os obesos mórbidos foi mais um sonho realizado. Nos Estados Unidos, 52% da população sofre de obesidade mórbida, sendo que no Brasil são 30 milhões de habitantes com esta doença e, em Santa Catarina, 250 mil, 5% da população. A faixa da população mais atingida pela obesidade mórbida é a de classe média baixa, justamente a que não tem condições de pagar em torno de R\$16 mil pela cirurgia.

Os catarinenses e todos aqueles envolvidos de uma forma ou de outra com os problemas gerados pela obesidade mórbida aguardam com ansiedade o credenciamento de hospitais das oito macrorregiões do estado para que possam submeter-se à cirurgia. Este tema foi debatido na segunda-feira (22/09) com a equipe médica do Hospital Universitário de Florianópolis.

O objetivo da reunião foi de agendar uma audiência pública, que deve acontecer nos próximos meses, para esclarecer ao governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, e ao governo federal, a importância do credenciamento de mais hospitais. São hoje três instituições em Santa Catarina autorizadas a realizar a cirurgia através do SUS: Hospital Universitário (UFSC), Hospital Celso Ramos e Hospital de Caridade, todos situados em Florianópolis. Entre outras, a obesidade mórbida pode causar doenças cardiovasculares, doenças lombares, artrite, artrose e, principalmente, tira a auto-estima da pessoa, o que de mais importante deve se manter no ser humano. Em recente pesquisa realizada por cientistas nos EUA, foi comprovado que a obesidade mórbida está diretamente relacionada com o câncer, sendo que 16% das mortes por câncer em homens e 20% nas mulheres foram causadas pela obesidade mórbida.

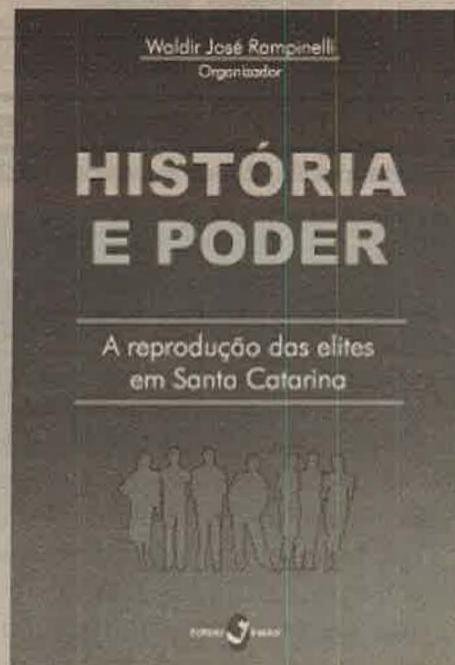
* **Deputado Valmir Comin (PP)**

Escola do Legislativo

Com o intuito de propor debates sobre temas que preocupam a sociedade e sobre os quais se espera atuação efetiva do parlamento estadual, a Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, lançou na terça-feira (23), na Galeria de Artes Meyer filho, o livro *Violência Escolar: a perspectiva da Folha de São Paulo*, do professor Dr. Carlos Eduardo dos Reis, docente e membro da linha de pesquisa Educação, História e

Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Também foi lançada a Revista da Escola do Legislativo, que tem como tema central os debates realizados durante o Seminário *Primeiro Emprego como Política Pública de Inclusão de Jovens Socialmente Desfavorecidos no Mercado de Trabalho*. O seminário foi realizado no plenarinho da Casa, no mês de junho. (MAG)



Taquígrafas da AL na Unataq

Durante o 5º Encontro da União Nacional de Taquígrafos (Unataq), realizado na Assembleia, em Florianópolis, de 28 a 30 de agosto, duas servidoras da Alesc foram eleitas para a nova diretoria da entidade no biênio 2003/2005: as taquígrafas da Coordenadoria das Comissões, Siomara Gonçalves Videira e Estela Maris Rossini, ocuparão os cargos de presidente e 1ª tesoureira da

Unataq, respectivamente.

Segundo a presidente eleita, assumir o cargo é uma grande responsabilidade de congregar a categoria, que não é conhecida pela maioria da população. Siomara disse ainda que três metas vão nortear os trabalhos nos próximos anos: a regulamentação da profissão; a normatização das atividades e a conclusão do censo taquígráfico nacional. (RMPP)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751
Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Avaí é homenageado

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Em sessão solene realizada na noite da segunda-feira (22), a Assembléia, por proposição do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), homenageou o Avaí Futebol Clube, conhecido como *Leão da Ilha*, pela passagem dos 80 anos de fundação. Foram homenageados com troféus o presidente do Clube, João Nilson Zunino, e 33 ex-presidentes, entre eles o ex-deputado federal Celso Ramos Filho, Fernando Bastos, César Murilo Barbi, Caio Bueno de Oliveira, Adolfo Martins Camili, entre outros.



Deputado Lício contou a história do Avaí, o Leão da Ilha

Lício Mauro abriu a sessão solene contando a história do Avaí, mostrando um álbum, que foi entregue a Zunino. A trajetória do clube teve início em 1923, época em que o futebol era privilégio apenas de aristocratas. "Todas as tardes um grupo de garotos batia bola nos campos esburacados da rua Frei Caneca, sonhando com os uniformes, como os times do Rio e São Paulo. Um dia, o comerciante Amadeu Horn realizou o sonho da gurizada e, de dentro de uma caixa, saíram

as camisas listradas azuis e brancas, calções e meias azuis, chuteiras e uma bola nova", rememorou o parlamentar.

Para estrear o uniforme, o primeiro adversário foi o Humaitá, considerada uma equipe forte, cujo jogo foi realizado no Campo do Baú, com suas dependências lotadas. Mesmo em más condições, os garotos de Horn venceram e, na euforia do resultado, alguém deu a idéia de formar um time de verdade. "Então, no dia 1º de setembro, houve a assinatura de um livro de atas, nascen-

do oficialmente o time que seria o campeão do século XX, o começo de uma história de lutas e glórias", contou. Com apenas um ano de fundação, o Avaí tornou-se o primeiro campeão catarinense, dando início a sua trajetória vencedora com a conquista de mais de 12 títulos, sendo que em 1927 e 1928 conquistou o tricampeonato. Em 1998, a torcida avaiiana recebeu o seu maior presente, o título de Campeão Brasileiro da Série C e neste ano disputa a série B", complementou Silveira. (CA)

Olívio Lamas lança exposição *Olho do Som*

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Amante da boa música, o consagrado fotógrafo Olívio Lamas lançou na segunda-feira (22), na Galeria de Arte Meyer Filho, a exposição *Olho do som*, que retrata a performance de renomados artistas nacionais e internacionais, além de profissionais ilhéus. Composta de 115 fotos em tamanho 20x30 cm, em cores e em preto e branco, a mostra revela ao público



Lamas na noite do lançamento da exposição

uma parte do acervo de Lamas, armazenado em 35 anos de carreira. O companheiro de muitas empreitadas, jornalista Paulo Markun, elaborou o texto de apresentação deste trabalho. São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre serão os novos destinos da exposição.

O saxofonista Joel Brito, a cantora Elizah e o guitarrista da banda Os Chefes, André Sebem, são os destaques locais. Entre os

astros da música popular brasileira, Lamas preparou registros de Hermeto Paschoal, que ilustra o convite da mostra, João Bosco e Paulinho da Viola. O sambista carioca foi clicado no início deste mês no Festival de Música de Itajaí. A surpresa está reservada para os músicos já falecidos, como Baden Powell, Nara Leão e grandes mestres da música universal, Astor Piazzola, Alberta Hunter e Dizzy Gillespie. (RV)

Delegação chinesa visita Santa Catarina

Pela quarta vez em três anos, a Assembléia recebeu, no dia 19, a visita de uma delegação oficial da Província de Henan, China, que se encontra em Santa Catarina. A comitiva, composta por sete representantes do governo de Henan e liderada pelo presidente da Comissão Permanente do Congresso Popular daquela província, Li Keqiang, já com o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), fez a primeira visita protocolar ao governador em exercício Eduardo Pinho Moreira, logo ao chegar na cidade. Às 18 horas, a delegação foi recebida no Legislativo, com a apresentação do coral do Colégio Imaculada Conceição. Em seguida, dirigiram-se ao gabinete da Presidência onde reafirmaram - Legislativo e representantes de Henan - o objetivo de ampliar e fortalecer os acordos institucionais de cooperação nas áreas de educação, saúde

e tecnologia, já existentes entre os dois Estados.

No sábado (20), Morastoni acompanhou a comitiva em visita a Itajaí, onde Henan pretende instalar uma fábrica de medicamentos fitoterápicos, com investimentos de US\$ 2 milhões. O primeiro protocolo de cooperação entre Santa Catarina e Henan foi firmado em março de 2001. O acordo prevê intercâmbio de estudantes e a transferência de conhecimento de medicina tradicional e fisioterapia, objetivando o tratamento de doenças circulatórias, diabetes e HIV. Vinte e seis estudantes chineses estão no Estado aprendendo a nossa língua. Integraram ainda a comitiva que recebeu os chineses os deputados Francisco de Assis (PT), Antônio Carlos Vieira (PP) e Simone Schramm (PMDB), além do vice-reitor da Unisul, Sebastião Salézio, e professores da mesma universidade. (MMV/MIL)

(foto Carlos Kilian)



Presidente, deputados e a comitiva de Henan

Lei da meia-entrada

Lei estadual em vigor desde abril deste ano determina que todo estudante e menor de 18 anos paga meia-entrada, mas empresas voltadas ao entretenimento e organizadoras de evento ignoram a legislação. Para reforçar seu cumprimento, o deputado Paulo Eccel (PT) - relator do projeto que resultou na Lei nº12.570, de autoria do ex-deputado Jaime Duarte, que instuiu a meia-entrada - reuniu-se com o Procurador Geral de Justiça de Santa Catarina, Pedro Sérgio Steil.

Na reunião, o parlamentar solicitou que a Lei seja divulgada aos integran-

tes do Ministério Público e que os procuradores trabalhem pelo seu cumprimento. Segundo o deputado, são freqüentes as reclamações de estudantes barrados em cinemas, teatros e eventos culturais, ao tentarem usufruir do benefício da Lei. O parlamentar pretende conversar com dirigentes da Santur para que a lei da meia-entrada seja observada nos eventos promovidos pela estatal e, ainda, nas festas de outubro, como Oktoberfest, Marejada, Farnarcco, entre outras. (CM)

CPI da Udesc define roteiro de trabalho

Proposto pelo relator, deputado Dado Cherm (PSDB), o roteiro de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Udesc foi aprovado no dia 22, segunda-feira, por todos os integrantes, com mudanças sugeridas pelos deputados Celestino Secco (PP), Lício Mauro da Silveira (PP) e Julio Garcia (PFL). A reunião – a primeira depois da instalação da CPI –, foi conduzida pelo presidente, Paulo Eccel (PT), e teve quórum máximo com a presença dos deputados Wilson Vieira – Dentinho (PT) e Simone Schramm (PMDB), esta última designada relatora adjunta pelo titular.

Constituída no dia 19 de agosto, consequência de iniciativa do deputado Afrânio Boppré (PT), a CPI da Udesc vai apurar possíveis irregularidades praticadas no âmbito da instituição, no que se refere à gestão administrativa, patrimonial, financeira e ao financiamento da universidade, formas de seleção e ingresso de estudantes nos programas de ensino a distância e a constituição do quadro de pessoal, em especial, o processo de provimento dos cargos, permanentes ou temporários. As investigações recaem sobre o período de 1991 e 2003.

As reuniões da CPI acontecerão todas as segundas-feiras, a partir das



Reuniões da CPI serão às segundas

15 horas, e o relatório final está previsto para estar concluído até o dia 10 de dezembro. A CPI vai requisitar, inicialmente, documentos à Udesc e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os primeiros depoimentos iniciam no dia 13 de outubro, indo até o dia 3 de dezembro. Primeiro serão ouvidos ex e atuais dirigentes da universidade.

Anonimato – Entre as modificações no roteiro de trabalho, a principal recaiu sobre o tratamento e encaminhamento das denúncias anônimas. Pela proposição de Cherm, os documen-

tos recebidos desta forma integrariam os anexos da CPI. “Não concordo com denúncias anônimas, que podem, além de induzir os deputados a erros, muitas vezes denegrindo a imagem de alguém, significar perda de tempo”, justificou Lício. Lembrando a importância das enquadramentos de investigação pelos parlamentares, Julio Garcia sugeriu seu arquivamento em separado, com acesso restrito aos parlamentares membros, não sendo considerados documentos oficiais da CPI. (MMV)

Demissões

Os deputados que integram a Comissão de Educação, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), receberam na reunião ordinária de quarta-feira (24) a coordenadora do Ensino a Distância da Udesc, Neli Góes, e representantes dos professores que tiveram seus contratos de trabalho encerrados em setembro.

Góes foi questionada pelos professores representantes da categoria – Roseli Romanelli e Ari Sartori – e pelos parlamentares da Comissão. Entre as dúvidas, o porquê do rompimento do contrato neste mês, quando na verdade o prazo só expira em dezembro; qual a explicação para manter na instituição professores sem mestrado e doutorado e dispensar os que têm essas qualificações e de quem partiu a determinação que proíbe professores de fazer comentários externos sobre esses fatos.

Neli Góes afirmou que os professores foram dispensados porque não têm mais função dentro do curso e as prefeituras não têm repassado as verbas dos convênios com a instituição. “É uma decisão irrevogável. Queremos readequar o ensino a distância e vamos avaliar a preparação dos professores”, afirmou. Considerando a ação “truculenta”, os deputados Afrânio Boppré (PT) e Celestino Secco (PP) questionaram o porquê de demitir antes de saber se os professores se encaixam no novo perfil. A Comissão de Educação vai remeter documento ao reitor da Udesc, José Carlos Gechinel, para que o ato das demissões seja revogado até o mês de dezembro. (RMPP)

Ministério do Trabalho diz que Casan “não deve nada”

Durante a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Casan na segunda-feira (22), o deputado Antônio Carlos Vieira-Vieirão (PP) repassou documento enviado pela Procuradoria Geral do Ministério do Trabalho esclarecendo que a Casan não deve nada aos trabalhadores com referência às ações coletivas que chegaram ao valor exorbitante de R\$ 207 milhões, hoje avaliadas em R\$ 7 milhões. “É um documento, entregue pela Procuradoria Geral do Ministério Público, com um relato substancial que diz que a empresa não deve nada. Se a Casan tivesse se empenhado em sua defesa judicial, não precisaria estar passando por esta CPI”, diz o parlamentar.

Presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), a Comissão colheu ainda três depoimentos de sindicalistas. Foram ouvidos os presidentes dos sindicatos dos Administradores, João Paulo de Souza; dos Engenheiros, Paulo Roberto de Jesus, e dos Profissionais e Estudantes de Secretariado no Estado, Ana Maria Netto da Silva.

Os depoimentos foram tomados pelo relator adjunto, deputado Pedro Baldissera (PT). “Os três depoentes pouco contribuíram para o objeto de nossa CPI”, avaliou Dionei. (CA)

Próximos depoimentos – 29 de setembro, a partir das 15 horas

Presidente do Sindicato dos Advogados (Sindalex) - José Pedro Bellani

Presidente do Sindicato dos Engenheiros (Senge/SC) - Carlos Abraham

Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais (Sintec) - Luiz Antonio Kuhn

Presidente do Sindicato dos Contabilistas (Sincopolis) - Flávio Nicolazzi Medeiros

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto (Sintaesc) - Jucélio Paladini.

Transplantes em SC

(foto Jonas Lemos Campos)

Aproveitando a Semana Nacional do Doador de Órgãos, a Comissão de Saúde realizou quarta-feira (24) audiência pública para debater a questão dos transplantes e discutir as causas da extensa fila de espera. O evento foi presidido pelo deputado Mauro Mariani (PMDB) e contou com a presença do secretário da Saúde, Fernando “Coruja” Agustini, do coordenador da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e Tecidos em Santa Catarina, Ivan Moritz Martins da Silva, do médico do hospital Celso Ramos e responsável por transplantes ósseos, Marcos Contrera, do chefe de equipe do Instituto de Cardiologia de São José, Jairo Collaço, entre outros experts no assunto.

Conforme Mariani, dados do Sistema Nacional de Transplantes, órgão do Ministério da Saúde, apontam que no final de junho de 2003 56.364 pessoas aguardavam por um transplante no Brasil. Em Santa Catarina, são 1.106 pessoas, com 804 para transplantes de córneas, 16 de coração, 10 de fígado, duas para válvula cardíaca, nove para ossos, nove para medula óssea e 256 para rins.

Como coordenador da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e Tecidos em Santa Catarina, o médico Ivan Moritz apontou que o maior problema encontrado



Debate sobre transplantes mostrou necessidade de legislação específica

para conseguir órgãos para transplantes está, num primeiro momento, na abordagem da família e destacou que, segundo os dados que a Central possui, existem mais doadores vivos do que mortos.

“É necessário que se façam campanhas permanentes. Na Espanha, onde mais se faz transplante de órgãos e tecidos no mundo, proporcionalmente de acordo com a população, os órgãos dos cadáveres, em sua maioria pacientes de morte cerebral, passam a pertencer ao Estado. Mas, enquanto não tivermos legislação específica para o assunto, nós parlamentares pretendemos auxiliar na questão da divulgação”, avaliou Mariani, que vai encaminhar pedido à mesa diretora para a utilização dos veículos de comunicação da Assembleia para divulgar a necessidade da doação. (CA)

CEF/Emgea não comparecem à audiência pública

Tatiana Kinoshita

“Acredito que o Legislativo, assim como os mutuários da Caixa, foi desrespeitado na tarde de hoje, já que nem a Caixa e nem a Emgea (Empresa Gestora de Ativos, inserida no sistema da CEF para administrar a carteira da Cohab, vendida pelo governo do Estado em 98) mandaram representantes para debater nesta audiência”. O desabafo foi feito pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), traduzindo o sentimento dos participantes da audiência pública realizada pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano na segunda-feira (22) para discutir a situação de inadimplência de quase nove mil mutuários da Cohab e de diversas prefeituras que assinaram contratos com a empresa como intermediadoras na construção de casas populares.

A audiência foi requerida por Mariani e pelo deputado João Rodrigues (PFL), e conduzida pelo presidente da Comissão, deputado Reno Caramori (PP). Participaram ainda das discussões o promotor Fábio Trajano, a presidente da Cohab, Maria Darci Mota Beck, a procuradora do Estado, Angela Peliciolli, a diretora da Associação Brasileira de Mutuários da Habitação (ABMH), Elouize



Deputados Mauro Mariani, Reno Caramori e João Rodrigues

Bittencourt, e o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), além de dezenas de mutuários e prefeitos de várias cidades.

Prefeituras - Os contratos de financiamentos celebrados entre a Cohab e prefeituras municipais, assinados em julho de 2002, estão sendo anulados pelo Ministério Público por este entender que

eles ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo Angela Peliciolli, prefeitas e Cohab não podiam firmar contrato, já que os recursos são definidos como operação de crédito para aquisição de bens e serviços. “O dinheiro empregado precisará ser devolvido, sob pena do Tribunal de Contas negativar o município”, afirmou.

A presidente da Cohab, Maria Darci Mota Beck, argumentou que a nova administração da empresa confirmou o erro da transação e não isentou as prefeituras. “Oito prefeituras receberam o dinheiro e não construíram nenhuma casa. Portanto, os prefeitos não são tão inocentes quanto dizem”, assegurando que a Cohab está disposta a encontrar uma solução com as prefeituras.

Mutuários - A segunda parte da audiência pública foi para tratar da negociação de 8.843 mutuários da Cohab/CEF/Emgea, que estão inadimplentes – muitos há mais de dois anos -, não têm acesso ao montante da dívida e sequer recebem os carnês de pagamento. Caramori sugeriu que o assunto seja encaminhado à Câmara Federal para ser resolvido em Brasília. “O que não podemos é deixar a situação do jeito que está”, comentou.

Vários presidentes de associações de mutuários de todo estado fizeram uso da palavra e, em sua maioria, reclamavam da falta de interesse da Caixa em renegociar as dívidas. “Somos 400 famílias em Rio Negrinho, cuja renda não ultrapassa a R\$ 500 e estamos pagando R\$ 400 de prestação. Como vamos fazer para pagar todo resto como luz e água?”, questionou o representante dos mutuários de Rio Negrinho, Luciano Alves.

Gestão de recursos hídricos

Por iniciativa da Comissão de Agricultura e Fórum Parlamentar Permanente de Desenvolvimento Sustentável, foi realizado na sexta-feira (19) o Seminário Estadual *Importância e Exigências da Gestão de Bacias Hidrográficas*. O evento teve a parceria da Fatma, da Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, da Faesc e da Senar. Além de órgãos estaduais, o encontro também registrou a presença de representantes de órgãos federais, como do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).

O seminário foi dirigido a todos os usuários de água e às instituições e organizações públicas e privadas envolvidas com a gestão de bacias hidrográficas. Ele celebra o encerramento, em outubro de 2003, do projeto “Gerenciamento de Recursos Hídricos

em Santa Catarina”, executado pela Fatma a partir de 1994, em cooperação com a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). O objetivo desse projeto é aprimorar os métodos e instrumentos da Fatma e de outras instituições atuantes no setor de água, utilizados no monitoramento da qualidade dos recursos hídricos e na redução da poluição por efluentes industriais e aplicar as técnicas e conhecimentos adquiridos em todas as

bacias hidrográficas do Estado.

O projeto piloto foi desenvolvido em Joinville, fornecendo um diagnóstico profundo da Bacia da Babitonga, publicado em forma do Atlas Ambiental da Região de Joinville, bem como o estabelecimento de um sistema de monitoramento da qualidade das águas e de auto-monitoramento dos eflu-



Importância e Exigências da Gestão de Bacias Hidrográficas



Participantes mostraram o Atlas Ambiental

entes pelas indústrias, que já está sendo implantado no estado pela Fatma. Com base nos dados do monitoramento, foi elaborado, para a área piloto, um diagnóstico ambiental ilustrado por mapas temáticos. Informações sobre atividades industriais, agropecuárias e demais áreas submetidas a licenciamento ambiental estão sendo registradas num cadastro ambiental.

Segundo o coordenador do

projeto, o alemão Joachim Knie, Santa Catarina é o primeiro Estado brasileiro a implementar a avaliação da qualidade e da quantidade de efluentes industriais através do parâmetro de ecotoxicidade, com a implantação de um laboratório de ecotoxicologia, na Fatma, em Florianópolis. Através desse parâmetro, Joachim diz que é possível detectar 100% das substâncias presentes na água. (RMPP)

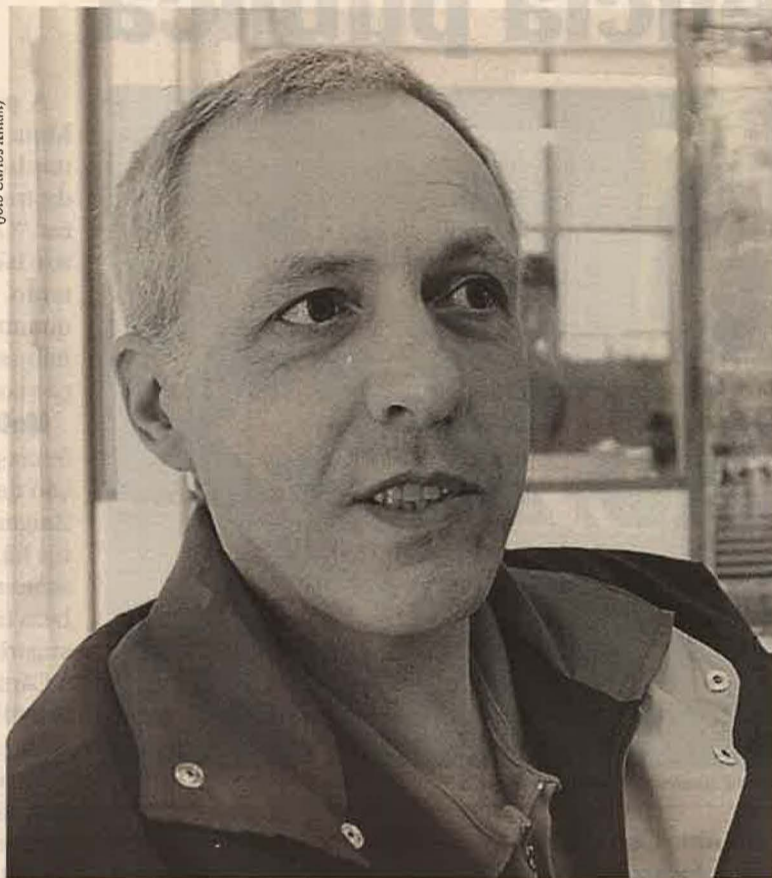


Estudantes, técnicos e especialistas lotaram o plenário

Produtos que parecem, mas não são

Tatiana Kinoshita

Os transgênicos estão em debate no Brasil. O governo federal liberou, através de uma medida provisória, a soja transgênica para a próxima safra, cujo plantio começa em outubro. O projeto de lei que regulamentará a questão da biossegurança está sendo discutido no governo federal, e poderá chegar ao Congresso nos próximos meses. Em Santa Catarina, existe a lei estadual 12.128, de 2002, que proíbe a produção de transgênicos. Entretanto, no vizinho Rio Grande do Sul, cerca de 80% da soja já é transgênica, o que mostra que os estados, aos poucos, estão aprovando decretos lei que permitem o plantio. Em entrevista ao **AL Notícias**, o engenheiro agrônomo



(foto Carlos Kilian)

Mário Vidor, 43 anos, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS) e doutor em Genética Vegetal na Universidade Politécnica de Madri, trabalha na Epagri desde 1992, tendo em sua especialidade a conservação de usos genéticos vegetais. Ele explica, didaticamente, o que são os transgênicos, como eles podem afetar a vida dos seres humanos, as pesquisas neste campo em Santa Catarina e no Brasil.

AL Notícias - O que são produtos transgênicos?

Mário Vidor - Os transgênicos são produtos geneticamente modificados. São seres vivos criados em laboratórios. Pode-se introduzir um gene, dentro de uma planta, com alguma característica que se destaca e transformar esta espécie em uma planta mais forte, resistente ao frio, por exemplo.

AL Notícias - Qual a sua opinião a respeito dos transgênicos?

Mário Vidor - Primeiramente, não sou contra os transgênicos. Entretanto, acho que as pesquisas deveriam vir em primeiro lugar. Tenho um sobrinho que é diabético e precisa usar insulina, que é um produto transgênico. Não é uma questão de ser contra. Se a transgenia não existisse, muitos diabéticos

poderiam até morrer. Está ocorrendo um embate político e econômico sobre a questão dos transgênicos e o que é realmente importante está ficando de lado.

AL Notícias - Os transgênicos podem fazer mal ao ser humano?

Mário Vidor - Quando se faz uma introdução artificial, tanto em uma planta, como em um animal, algo acaba saindo errado. Este algo vai ficar na cadeia do DNA e uma nova proteína é formada. Esta é a questão. Ainda não se sabe o que esta mudança genética pode acarretar no ser humano. Sou alérgico à soja transgênica. Não sei se

sou alérgico a transgenia em si ou aos agrotóxicos utilizados. A soja está presente em muitos produtos, como margarina, óleo vegetal, na alimentação do gado, etc. É muito difícil escapar disso. Se houver a liberação, provavelmente haverá uma rotulação. Será como os produtos para diabéticos. As pessoas poderão optar em

consumir ou não produtos transgênicos. Este seria o lado bom da liberação. Enquanto isso, para ter uma vida mais saudável, ou a pessoa se isola e planta sua comida ou aprende a viver no mundo onde estamos. Acredito que muitos casos de câncer que vemos hoje em dia é pelo consumo indireto e contínuo de agrotóxicos e conservantes. Não sabemos o que ambos causam.

Tentar fazer uma alimentação mais sadia e moderar no consumo de transgênicos e produtos com conservantes pode ajudar a evitar certas doenças.

AL Notícias - Como estão as pesquisas a respeito dos transgênicos no Brasil?

Mário Vidor - Existe uma lei federal que proíbe a produção e comercialização dos transgênicos no país. Porém, há poucas semanas, o governo do Rio Grande do Sul aplicou um decreto que permite a venda da soja transgênica no estado. Provavelmente, este decreto irá virar lei. Há umas duas semanas teve uma liminar em Brasília autorizando o comércio de transgênicos. Se até há um mês era proibido, há poucas semanas foi liberado e a coisa está mudando de figura.

É por isso que as empresas não estão investindo pesado em pesquisas.

Uma das poucas que investem em pesquisas é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que continua trabalhando com transgenia agrícola, já que a ciência tem que avançar. No momento que liberarem a comercialização, a Embrapa terá vários estudos, uma vez que cultiva inúmeras espécies de plantas e faz experiências com elas. O Brasil está seguindo a lei da precaução, até porque ainda não temos resultados convincentes. Os estudos feitos na Europa foram escassos, usando poucas categorias de animais, portanto não têm confiabilidade. As pesquisas foram realizadas em condições totalmente diferentes das nossas. Vivemos num país de altíssima diversidade ecológica, talvez uma das maiores do mundo. Além disso, estamos num clima tropical, as condições de propagação são completamente diferentes do que o norte da Alemanha, por exemplo.

AL Notícias - O que precisa ser feito para os transgênicos serem liberados de forma segura?

Mário Vidor - Faltam estudos sobre

o impacto ambiental e os efeitos no corpo humano ao longo dos anos de consumo. Por enquanto, está havendo um atropelamento. Os investimentos para transgenia são muito caros. As empresas têm necessidade de lançar logo um produto no mercado e acabam não perdendo muito tempo com pesquisas, que levam anos para ficarem prontas. Tem que haver mais controle e qualquer órgão do governo pode exercer esta função. Como já acontece com produtos cultivados em outros países. Eles só são comercializados no Brasil após passarem por testes, como entrar em quarentena, enfim. Não é chegar e já ser comercializado. Com os transgênicos deveria se agir do mesmo jeito.

AL Notícias - Dos produtos transgênicos que já consumimos, quais os riscos que eles oferecem para a população?

Mário Vidor - Não se sabe. Faltam estudos para isso e este é o maior risco. Só sabemos de casos alergênicos, outras alterações ainda não se têm estudos. Como iremos fazer estudos se não sabemos o que estamos comendo? Se sabermos se o produto é transgênico, poderíamos fazer testes com pessoas que os consomem e outras que

não. Não existe este estudo em lugar nenhum no mundo. Entretanto, sabemos que a Europa não consome soja transgênica. Por que? Não é simplesmente empurrar goela abaixo. Tem gente que pensa assim, vamos deixar entrar os transgênicos no mercado e depois vemos o que dá.

Se até há um mês era proibido, há poucas semanas foi liberado e a coisa está mudando de figura. É por isso que as empresas não estão investindo pesado em pesquisas

Acho que não é esse o caminho. Lembro do caso da talidomida. Quantas crianças nasceram defeituosas porque as mães e os médicos não sabiam que seu uso poderia acarretar má formação do feto? Será que vamos ter que esperar nascer toda uma geração de crianças doentes para então pesquisarmos sobre o assunto? A Epagri não é contra os transgênicos. Essa pressão toda que há sobre a soja é porque o Brasil já é o segundo maior produtor do mundo. A China e a Comunidade Européia só querem soja não transgênica. Isso agrega um valor maior ao produto. É uma fatia de mercado que os Estados Unidos vão acabar perdendo, já que eles produzem soja transgênica. O Brasil, entrando neste nicho, competiria de igual para igual com eles e, claro, sairíamos perdendo. São muitos interesses políticos e econômicos.

Revisão salarial: debates em plenário duraram quatro horas

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Denise Arruda Bortolon
Tatiana Kinoshita

O clima, como já era esperado, foi tenso. Os parlamentares fizeram uso da tribuna para defender seus projetos. O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), reafirmou seu discurso, no qual defendeu o reajuste linear, de 1% mais abono, para diminuir as diferenças salariais entre as classes. "Se aprovarmos o reajuste em 19,3%, este se tornará inviável, porque o governo não terá dinheiro para pagar", afirmou. "Tomamos a decisão mais acertada", completou.

O deputado Nelson Goetten (PFL) defendeu seu ponto de vista dizendo que os parlamentares têm direito à divergência. "Fomos eleitos democraticamente para representarmos a Casa do Povo, estamos cumprindo o nosso papel de oposição. Sabemos da dificuldade que é governar um estado como o nosso. Estamos avaliando os 17 meses de espera para o reajuste salarial, que é uma determinação da Constituição Federal".

O peemedebista Ronaldo Benedit comentou que qualquer governo precisa administrar com responsabilidade. "Pior do que não dar o aumento é dá-lo e não conseguir pagá-lo. Precisamos pensar em todas as categorias envolvidas, que precisam deste aumento", disse. O líder do PP, Joares Ponticelli, salientou que os parlamentares estão

prontos para a votação há três semanas, mas por manobras governistas, a mesma não ocorreu. "O governo está confundindo a opinião dos servidores, somos a favor do abono até dezembro. O que me deixa espantado é que os professores venham aqui dizer que não querem os 19% e sim o 1%. Esses são aqueles funcionários dos gabinetes das regionais que ganham de R\$ 2 mil a R\$ 6 mil. Trabalham somente meio período, além disso estão gazeando seus trabalhos", concluiu.

Já a deputada Odete de Jesus, líder do PL, que até um dia antes da votação estava avaliando o projeto para, segundo ela, tomar a decisão mais acertada, acatou o projeto do governo após ouvir várias manifestações de professores,

principalmente do interior do estado. "Como professora, não vou admitir que os professores continuem ganhando pouco, enquanto há marajás ganhando muito. Como me disseram os professores do interior, um pouco com Deus é muito", argumentou.

Francisco de Assis (PT) esclareceu que os debates foram longos e que o partido resolveu seguir a sua própria cartilha. "Agindo assim, acredito que será o melhor para os servidores do nosso estado. O governador agiu de forma errada, não negociou com os partidos, mas sim com algumas pessoas. Quem

tem que tratar da reposição salarial é o Legislativo e não o Executivo, não houve acordo, 20 deputados terão que escolher pelo governador e pelos servidores. O nosso objetivo é que melhore o salário de todos", finalizou.



Manifestações ficaram claramente divididas entre servidores que apoiavam proposta original e os que preferiam as emendas

(foto Carlos Kilian)



Agenda

Dia 29, 9 h – Conferência Interestadual sobre Segurança Alimentar

Local: Plenário

Dia 29, 15h- CPI da Casan- Depoimentos de presidentes de cinco sindicatos que promoveram ações trabalhistas contra a empresa

Local: Sala das Comissões

Dia 30, 9h- Audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça - "Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais"

Local: Plenário

Dia 1º, 14 h – Sessão solene em homenagem às crianças e aos idosos

Local: Plenário

Dia 1º, 18h- Sessão solene pela passagem dos 30 anos da União de Vereadores de Santa Catarina - Uvesc

Local: Plenário

Dia 2, 19h- Audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto- "Política cultural para o nosso estado; das mudanças na Lei de Incentivo à Cultura e a sua aplicação"

Local: Sala das Comissões

Dia 2, 20h- Santa Catarina Canta e Encanta

Local: Plenário

Desvio de dinheiro público

O deputado Nelson Goetten (PFL) entrou, no mês de agosto, com um pedido de investigação no Ministério Público Estadual (MP) contra o governador Luiz Henrique da Silveira e Max Bornholdt, secretário estadual da Fazenda e representante legal da empresa *Nativos Produções Musicais*. O motivo foi a contratação, supostamente superfaturada, que varia de R\$ 17 mil a R\$ 20,5 mil, através de entidade sociais, sem fins lucrativos, da banda *Nativos* para realizar shows musicais nos municípios de Santa Catarina. A banda conta com um patrocínio da Petrobras para realizar programas culturais. Não houve nenhuma licitação para a contratação do grupo,

que em três meses aumentou em R\$ 9 mil o valor do cachê.

Na terça-feira (23), o parlamentar acrescentou novas denúncias, desta vez envolvendo a Apae do município de Agrolândia, onde a secretaria da Fazenda repassou à entidade R\$ 25 mil. A rádio comunitária *A Voz do Contestado*, de São Miguel do Oeste, recebeu um cheque de R\$ 26,5 mil, que também foi entregue à banda e à Associação dos Servidores Municipais de Presidente Getúlio, que repassou o valor de R\$ 17 mil. Goetten deixou claro que a entidade não lucra nada, apenas o recolhimento de alimentos não-precíveis como ingresso. O empresário, sob a orientação dos demais representantes, apresenta todos os docu-

mentos e o dirigente da entidade que recebe a verba apenas assina e devolve. Os documentos são encaminhados para a Fazenda, que procede o pagamento à entidade que imediatamente os repassa para a banda. "As entidades emprestam, de boa fé, o nome e a documentação, para que o governo esquente o dinheiro. O problema é que mais tarde elas possam ser prejudicadas. Se tiver que devolver o dinheiro, como vão fazer?"

Rogério Mendonça-Peninha, líder da bancada peemedebista, disse que essas denúncias são um absurdo. "O deputado vai ter que provar na Justiça, no MP, que isso vem acontecendo". (DAB)

Diversificação de culturas: opção para fixar o homem no campo

Carlos Agne

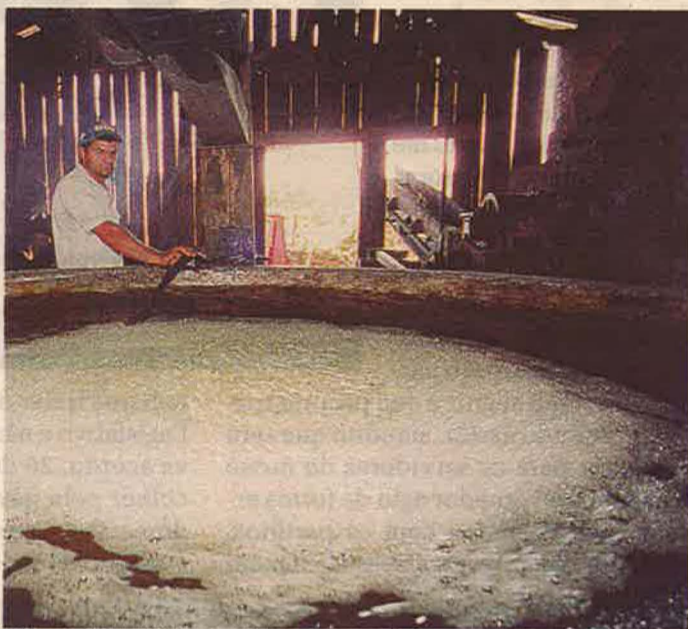
A diversificação da produção agrícola e a agricultura familiar estão contribuindo para a superação de dificuldades pelos produtores e fixando-os no campo. Em vários casos, isto vem ajudando a diminuir o êxodo rural e os filhos dos agricultores estão dando continuidade no trabalho da terra, evitando o crescimento dos bolsões de miséria nas grandes cidades.

Um exemplo disso é o da família Scremin, na localidade de Azambuja, em Pedras Grandes, sul do estado, onde também a prefeitura tem cadastradas 31 famílias que se dedicam a esse processo. Há três gerações os Scremin vêm diversificando as atividades, pois não só cultivam milho, feijão, tomate e batata, além de pastagens para o gado leiteiro e optaram pela vitivinicultura, produção de açúcar mascavo e a venda de produtos derivados do leite.

Márcio Scremin, 28 anos, que trabalha junto com o pai Luís e o irmão Marino, diz que toda a produção da propriedade é comercializada para turistas e visitantes e, por incrível que pareça, o resultado das vendas é aplicado ali mesmo, evitando os financiamentos bancários. "A gente, com muito esforço, procura aplicar nossos recursos na



Luiz Pedro Scremin processa o melado que resulta no açúcar mascavo



Garapa ferve até se transformar em melado

propriedade e na diversificação das culturas, evitando cair nos financiamentos dos bancos, que muito tem inviabilizado a vida dos agricultores", afirma.

dutor. Imagine o que vai ser daqui há alguns anos se não tivermos mais produtor rural. O que o pessoal das grandes cidades vai comer?", questiona.

Márcio diz que conhece vários agricultores que se mudaram para a cidade e se arrependeram. "Eles retornaram para o campo, apesar das dificuldades, pois não existe no Brasil uma política específica e a atenção do poder público para que o homem fique no campo. Os filhos, vendo os pais passando necessidades na agricultura, procuram escolas na zona urbana, fator que muito influi no afastamento do pro-



Marcio trata com carinho os parreirais

Vinho colonial atrai turistas

A família Scremin produz, anualmente, cerca de cinco mil litros de vinho colonial, dez mil litros de cachaça artesanal, com os mais diversos sabores, 800 quilos de açúcar mascavo e 3 quilos de queijo por dia. "A produção de vinho em nossa propriedade segue uma técnica de mais de 50 anos e o processo é simples, só que, para atingir a qualidade colonial, leva tempo. A uva é colhida em janeiro e toda a colheita, cerca de 400 quilos por safra, é espremida em máquina manual. Inicialmente, a uva era amassada com os pés, condição essa que dá uma tintura mais espessa no vinho. Com os pés, demorávamos em torno de três horas e com a má-

quina apenas uma", explica Márcio. Após esse processo, é adicionado o açúcar mascavo, produzido na propriedade e então o material fica fermentando por dias.

Passo seguinte, o vinho é colocado num garrafão de vidro de 40 litros e fica descansando por até 60 dias quando fica pronto para a degustação. "Não utilizamos conservantes. É tudo natural", informa. Nos 80 hectares da propriedade, a qualidade da uva cultivada é a Goethe e Niágara e a preferência dos turistas recai mais no vinho tinto doce, que é mais suave, se assemelhando a um suco de uva.

Cachaça artesanal também faz sucesso

Na pequena adega e cantina que possuem nos fundos de casa, os Scremin recebem os turistas para a degustação de vinhos, sempre acompanhada de salame, queijo e torresmo, produzidos também por eles. Mas a cachaça artesanal tem a preferência do visitante. A cana passa por uma máquina movida a eletricidade, resultando na garapa, que fica fermentando por 40 horas, passando em seguida pela serpentina do alambique, em vapor,

que passa por uma caixa d'água resultando na cachaça.

"Nós também fazemos a graspa, num processo semelhante ao da cachaça mas, ao contrário da cana, usamos a casca da uva que é destilada duas vezes. Muita gente gosta dessa bebida pois é forte e, geralmente, tomada em dias frios para aquecer o corpo", ressalta.

Márcio Scremin destaca que além da cachaça natural eles utilizam a losna, o caule do pessegueiro e a uva, mas a preferência dos turistas recai sobre o me-

lado e o açúcar mascavo. A cachaça natural é vendida ao preço de R\$ 2, a misturada R\$ 3,50, o vinho a R\$ 5 e a graspa a R\$ 6,50 o litro. Também vendem o açúcar mascavo a R\$ 2,50, valores esses que contribuem para a agregação de renda à propriedade. "Além disso, vale ressaltar que nossos produtos são utilizados como nossa alimentação, a exemplo da batata, do feijão e do leite. Pouca coisa a gente compra na cidade. Só o essencial", complementa.



Turistas que visitam a propriedade podem degustar na cantina